



Entrevista com Ruth Cardoso (in memoriam)



A professora e antropóloga Ruth Cardoso foi muito além da pesquisa e do discurso sobre os problemas sociais do Brasil. Nascida em setembro de 1930, na cidade de Araraquara, interior de São Paulo, atuou ativamente na busca de soluções para problemas como alfabetização, miséria e fome no Brasil. Levou a realidade brasileira ao conhecimento de estudantes universitários na América Latina, na América do Norte e na Europa.

Referência acadêmica, Bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais (1952), mestrado em Sociologia (1959) e doutorado em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP (1972), além de Estudos de Pós-Doutorado na Universidade de Columbia em Nova York, EUA.

No dia 12 de dezembro de 2007, a Rádio UnG teve a honra de estar com a Professora Ruth Cardoso numa entrevista concedida ao Professor Péricles Trevisan, Reitor na universidade no período, Professor Nelson Figueiredo, vice-reitor de integração comunitária, Professora Tamara Iwanow, editora geral das revistas da UnG e Professora Líslei Rosa uma das editoras da revista do Terceiro Setor. A antropóloga falou sobre o início de seu trabalho como antropóloga na cidade de São Paulo.

“Como antropóloga sempre fiz antropologia urbana, nunca fiz etnografia e sempre trabalhei nas cidades e, evidentemente que isso, dada à própria visão da antropologia, nos leva a comunidades menores, a ver as cidades através dos olhos e tentar compreender as inquietações, as atitudes e comportamentos das pessoas em seus locais. Foi com essa perspectiva que aprendi na antropologia que eu trabalhei muitos anos com os movimentos sociais em São Paulo; isso foi

nos anos 70 e anos 80, quando São Paulo era uma cidade que se mobilizava muito e que em que havia muitos movimentos sociais. Era um momento de renovação muito importante da atitude das pessoas com a política, de participação e criação de novos canais de participação. Então eu estava muito ligada a tudo isso. Bom, ao final dos anos 80 eu comecei a me interessar pelos jovens e fiz uma série de projetos de pesquisa, inclusive com jovens universitários, para começar a trabalhar com a juventude. Em 95, eu me transferi para Brasília, quase sem esperar, e usei todo esse meu conhecimento, quer dizer, aquilo que eu tinha de proximidade com essas comunidades para formular os projetos que a Comunidade Solidária levou a cabo. Por isso, há sim uma ligação grande entre a minha vida acadêmica e aquilo que eu desenvolvi lá, porque foram exatamente os temas com os quais eu estava familiarizada e que eu procurei, enfim, trazer para um perspectiva um pouco diferente, inovar em alguma coisa.”

Na década de 90, a professora tornou-se muito ativa no programa de governo de seu marido, Fernando Henrique Cardoso. Em 1995, criou o Programa Universidade Solidária para envolver universitários de todo o país na busca de soluções para os problemas brasileiros.

“O Programa Universidade Solidária foi o primeiro programa que saiu em campo ainda em 95, quando nós criamos o Comunidade Solidária. Ele é exatamente o resultado dessa visão de que há uma necessidade de nós usarmos essa energia e essa boa vontade dos estudantes universitários para que eles contribuam para a solução de vários problemas no País, mas ao mesmo tempo para que a própria formação deles ganhe um elemento diferenciado. Nós sabemos que existe uma desigualdade muito grande, são poucos os que chegam a uma Universidade, e pode-se dizer que esses são privilegiados, se não em relação à renda, são privilegiados em relação à educação. Queríamos fazer com que exatamente essas pessoas tivessem acesso à realidade concreta do País, e para isso criamos esse programa, até porque eu tinha inúmeros depoimentos de pessoas que participaram da Fundação Rondon do tempo do Programa Rondon e que tinham uma melhor memória dessa participação.”



Sobre a constante comparação entre o “Universidade Solidária” e o “Programa Rondon”, a professora Ruth Cardoso esclareceu.

“É obvio que o Universidade Solidária não é um Rondon, são programas muito diferentes. Quais são as diferenças mais evidentes? Eu vou citar: Rondon tinha uma Fundação Federal com um orçamento bastante bom e que promovia essas viagens dos estudantes. Como era iniciativa Federal centralizada e, naquela época, havia uma forte restrição das Universidades com relação aos Governos Militares, então evidentemente não envolvia muito as Universidades e ia diretamente ao recrutamento dos alunos. Com isso, também o planejamento das atividades que esses alunos faziam eram bastante precárias, pois não podia ser de outra maneira. Esse não foi o nosso modelo. Nós pegamos, digamos assim, o que havia de positivo nesse modelo, que era a participação estudantil, e procuramos fazer o programa mobilizando através das universidades, com as universidades, incorporando todo o grupo de alunos com o professor, que era realmente quem fazia a ponte com os universitários. Esse foi um programa muito importante – eu acho que para os dois lados, pois tanto as comunidades tiveram a possibilidade de conviver com um grupo de estudantes mobilizados e compartilhar das informações que eles tinham, como ao mesmo tempo os estudantes tiveram a oportunidade de ver a vida real do País. Muitos deles mudaram até a sua orientação profissional, resolveram trabalhar em cidades pequenas, resolveram voltar para os lugares onde estiveram depois de formados e acho que, com tudo isso, incluíram uma dimensão ética ao seu trabalho, diferente da que tinham anteriormente. Essa foi a razão pelo qual mobilizamos e continuamos mobilizando, hoje evidentemente não temos esse programa Nacional, de levar os estudantes para outras regiões, mas continuamos trabalhando com projetos, mobilizando universidades, professores e estudantes com projetos locais. E os resultados têm sido bastante positivos”.

Com o objetivo de construir um programa mais afinado com a política a ser implementada e para extinguir projetos de caráter assistencialistas, mantendo, porém, a preocupação em preservar os compromissos já firmados anteriormente com a sociedade civil, foi criado o Programa Comunidade Solidária. As ações do Conselho do Comunidade Solidária eram orientadas por um Conselho Consultivo e uma Secretaria Executiva.

O Conselho Consultivo da Comunidade Solidária era composto por 21 membros da sociedade civil, 10 ministros de Estado e pelo titular da pasta da Secretaria Executiva.

“Bom, neste diálogo nós fomos diagnosticando que algumas áreas precisavam de atuação muito rápida, porque os problemas eram sérios e necessitavam de soluções urgentes. Para isso, nós precisávamos ter criatividade, criar programas diferentes, não programas que utilizassem as estruturas do governo, porque eles não teriam essa agilidade. Foi aí que nós criamos vários programas; o primeiro deles foi esse que eu mencionei: o Universidade Solidária, baseado nessa idéia da mobilização dos jovens e de usar o saber das universidades para implementar o desenvolvimento de comunidades muito pobres, levando informação, nunca assistência, sempre informação. O segundo programa que nós criamos respondia a uma necessidade brasileira premente, que é a alfabetização de jovens; a taxa de analfabetismo era imensa, e nós verificamos que os índices se distribuíam muito desigualmente no território nacional, quer dizer, nas regiões Sul e Sudeste havia uma taxa, digamos assim, aceitável, apesar da imigração, etc; já no Norte e no Nordeste, a taxa era, e continua sendo, maior ainda, muito grande. Então, precisávamos trabalhar lá. Não adianta querermos diminuir a taxa de analfabetismo trabalhando aqui, pois aqui já há muita gente trabalhando. Isso nos levou a desenvolver o Alfabetização Solidária, um programa que teve muito sucesso e que até hoje existe, e durante todo esse tempo teve um desempenho muito bom. Esse programa mobiliza universidades, empresas e municípios, estabelecendo parcerias entre eles. Como podem ver, as universidades sempre têm dado muita importância ao meu passado acadêmico e também têm sido muito importante nos planejamentos desses programas, já que é a universidade quem seleciona os que vão ensinar no Alfabetização Solidária e é a universidade quem faz a preparação desses selecionados para serem professores, além de avaliar o desempenho do programa. Nós temos muito orgulho de termos mantido essa aliança por esses dez anos de existência do programa; tempo em que mais de 200 universidades vêm trabalhando com a gente”.

O programa atendia a jovens das áreas rural e urbana, das grandes metrópoles. Naquele momento ainda se registravam grandes índices de crianças e jovens fora da escola, sem condições para enfrentar o



mercado de trabalho. Nos anos 80 e 90 essa estatística aumentava vertiginosamente.

“O programa teve uma importância muito grande e recebeu muitos apoios, inclusive externos, não só brasileiro, como do BID, por exemplo. Depois, tivemos uma certa restrição de recursos, mas o apoio continua existindo. Atualmente, há na Cidade Tiradentes um curso de capacitação de jovens funcionando no nosso modelo, que é um modelo que usa as ONGs, as Organizações da Sociedade Civil Locais e as pequenas ONGs. Essas organizações decidem qual é a capacitação adequada para aquele local e para aqueles jovens, e desenvolve junto conosco um projeto em que não há apenas a qualificação profissional, mas também um módulo básico de levar informações. Enfim, é uma tentativa de inclusão, de discutir cidadania, direitos e possibilidades com esses jovens. Nós fazemos questão desses 2 módulos: o Módulo Profissionalizante e o Módulo Básico. Esse projeto também continua. Depois temos um projeto de artesanato, que surgiu durante a seca de 98. É um momento em que geralmente se distribuem bolsas, recursos, etc., e nós tentamos mostrar que era possível desenvolver algo na comunidade, e que depois ela usaria isso para sua própria autonomia. Esse realmente é um projeto muito bonito, muito interessante, baseado no artesanato tradicional, para o qual nós damos apoio, porque está se perdendo, e não interferimos apenas na produção artesanal, mas na organização da comunidade, fazendo cooperativas, preparando essas pessoas para o mercado. Nós temos ainda dois programas que são mais tardios, e que continuam ligados à Comunitas, que é a ONG que eu criei quando a Comunidade Solidária terminou, para continuar trabalhando com aquelas pessoas que ajudaram a formular todos esses programas. Então, nós temos uma ONG pequenininha, que trabalha mais com conhecimento, produzindo reflexões, análises sobre as políticas sociais, e trabalha muito com responsabilidade social das empresas—temos projetos nesse aspecto —, mas também temos, ligado à Comunitas, um programa de voluntariado muito interessante e que se dá praticamente pela Internet, tem todo um trabalho de comunicação eletrônica, mas que promove o voluntariado interno das empresas, ou não necessariamente nelas; é que foi pensado para empresas. Temos também um programa que se chama Rede Jovem, para promover a inclusão digital, mas inclusão digital dentro de uma nova perspectiva e, como eu brinco sempre, não é uma escolinha de informática, mas uma maneira de incluir as pessoas nas redes e de passar

informações e tornar as pessoas aptas a participar do mundo, porque isso é que é a Internet. Enfim, esses são os programas que nós ainda temos, e estamos nos esforçando para mostrar que eles devem continuar em qualquer situação e, para isso, precisamos do apoio da sociedade, das ONGs, das empresas e das universidades e isso, graças a Deus, nós continuamos tendo”.

A vida acadêmica não se restringiu à atividade de ensino, tampouco à formulação teórica, distante da vida fora da universidade. O ser humano, jamais tratado como objeto, se constituiu no objetivo e sujeito participante na história de Ruth Cardoso. A antropóloga e professora reconhecia nesta relação uma continuidade natural, intrínseca à produção acadêmica.

“Enquanto eu estava na universidade – eu gosto muito do trabalho de professora –, tive muitos alunos, orientei muitas teses e isso me dava grande prazer. Eu acho que é assim que a gente aprende e, nesse trabalho, especialmente nesse trabalho de orientação de teses, eu tive muito contato com a realidade de São Paulo e a brasileira em geral, através dessas muitas pesquisas dos alunos. Isso tudo me fez ter uma noção de certas necessidades importantes do País. Ao ter de me mudar para Brasília, e assumir uma posição que é sempre muita ambígua, a posição de mulher do Presidente da República, foi preciso também reinventar alguma atividade, porque a atividade tal como ela era, no estilo tradicional, não me servia. Para tanto, trouxe essa bagagem. Eu acho que saber é uma coisa que a gente leva para qualquer lugar que vá, e foi, exatamente, essa experiência anterior que me levou a me interessar pelos jovens em primeiro lugar; foi uma decisão, foi um diagnóstico, resultado de um conhecimento que eu já tinha e que os outros compartilharam, e, na formulação desses programas, confesso que eu tive um grande prazer em fazer isso, e tenho ainda de manter esses programas vivos e fazer com que eles sejam mantidos, porque eu acho que estão respondendo realmente a problemas que continuam a existir e que precisam de soluções mais criativas. Eu digo sempre que, a cada programa desses que se inicia, eu já fico pensando quando é que ele vai acabar, porque, como ele se dirige a certos problemas, então o ideal seria que o problema terminasse. Por exemplo: temos um problema de alfabetização, então, quando a nossa taxa realmente for muito baixa, coisa que eu acho que ainda demora, nós não vamos mais precisar desse programa. O ideal é que ele seja



transitório, mas que a gente tenha essa capacidade de dar respostas a problemas graves. É isso que eu faço desde então e sempre com uma incursãozinha da vida acadêmica, porque ela ainda me é muito atrativa e eu realmente acho que as universidades têm um papel muito importante nesse País, até para formar pessoas que, depois, voltem para a ação concreta, mas já com uma quantidade de informação e conhecimento que pode ser importante e, também na Comunitas, nosso objetivo é, exatamente, continuar com estudos e análises, com produção de conhecimento, sobre esses programas sociais e sobre as políticas sociais. Esse é o nosso objetivo. Assim, eu continuo, digamos, com um pé em cada canoa, mas muito contente por estar com um pé em cada canoa”.

A produção acadêmica também foi acompanhada de publicações acessíveis para a orientação dos trabalhos. Por meio delas a professora Ruth Cardoso procurava também sensibilizar e motivar o trabalho voluntário, sem com isso perder a espontaneidade e a participação.

“Nós temos, não como coisas específicas, pequenos manuais que usamos na Universidade Solidária. Um deles se chama “Como trabalhar solidariamente”. Nós nem o estamos reeditando, porque o programa mudou um pouquinho de caráter ao não ser mais um programa nacional, mais um programa regionalizado, mas nós temos essa publicação e a idéia é sempre essa: que nós mantermos essas pessoas muito mobilizadas. Por isso, nosso trabalho está sempre baseado em adesão voluntária. Os estudantes são voluntários. Há uma seleção. Evidentemente, nós não podemos levar qualquer estudante que queira, por isso há uma seleção, mas a base do trabalho é voluntária. O professor que acompanha também faz um trabalho voluntário, faz o projeto. Ele está engajado no desenvolvimento desse projeto, mas sempre a partir de uma adesão que é voluntária. Nós vamos buscar os recursos para ele desenvolver o projeto, mas consideramos que esse aspecto é fundamental. Essa é uma diferença dos nossos projetos em relação a outros que também trabalham com estudantes – nós não vamos de cima para baixo, mas damos à universidade a autonomia que elas necessitam. Acho que se eu pudesse dizer qual é o ingrediente fundamental para se criar um espírito participativo, eu diria que é esse. É realmente alguma coisa que tem de ser aceita, e individualmente, como algo que traz uma vantagem pessoal, que traz um enriquecimento pessoal, e depois, obviamente, eu preciso também que a gente tenha

certa consistência nos objetivos a serem alcançados, muitas vezes as coisas não dão certo, porque tem gente que gosta de fazer isso, que gosta de trabalhar com a comunidade, tem ótimo espírito e pronto, vai improvisando à sua maneira. É claro que uma dose de espontaneidade é fundamental nessa relação com as comunidades, mas só que ela não pode ser exagerada tem de haver alguma meta, saber onde se quer chegar, senão a comunidade desanima, e os estudantes também, ou seja, quem for o agente dessa mudança, porque não é fácil produzir mudanças. Então, é preciso ter certa consistência, e é esse papel que o Unisol tem procurado realizar: dar autonomia às universidades e participar da organização desse trabalho. Eu acho que é difícil dizer que há uma fórmula pronta, mas trabalhando a gente aprende a construir essa participação”.

O trabalho voluntário sempre foi a base das ações propostas pela acadêmica. Poucos souberam mobilizar tantos numa ação voluntária como Ruth Cardoso, uma ação baseada na cooperação, na parceria e na decisão pessoal das pessoas participantes de seus programas.

“Falta ser reconhecido o papel que o voluntariado já teve nesse País, porque nós temos por hábito medir tudo pela medida americana e aqui todo mundo diz: “aqui não há trabalho voluntário”, “o brasileiro não é muito mobilizado por trabalho voluntário”. Eu sempre discuti essa idéia, não é da mesma maneira nem é evidente a importância do trabalho voluntário no Brasil. Muitas vezes a gente tem até vergonha de classificar como trabalho voluntário muitas das coisas feitas no nosso cotidiano, por exemplo: nós estamos todos cansados de saber que nas periferias, nos bairros mais pobres, uma mãe toma conta do filho da outra. Algumas vezes esse trabalho é pago, muitas vezes não é – a mãe precisa ir ao médico e deixa o filho. No Brasil, isso tudo se chama amizade, mas nos EUA é contado como trabalho voluntário. Se for feita uma estatística, bater na casa da pessoa e perguntar quantas horas de trabalho voluntário ela deu na última semana, ela vai contar isso que ela fez na Igreja, aquilo que ela fez na escola. Aqui, isso passa em brancas nuvens. Eu acho que nós não temos um povo que não é solidário, que não faz trabalho voluntário, temos as associações religiosas que são muito antigas e que sempre mobilizaram o trabalho voluntário. Então, precisamos rever um pouco essa nossa idéia de que o Brasil está sempre pior. Já não estava tão ruim, e eu acho que agora houve realmente uma valorização, uma ampliação do conceito do



que é um trabalho voluntário, daquilo que as pessoas podem saber. Eu acho isso fundamental. É o estabelecimento de uma cooperação, e não há desenvolvimento sem essa cooperação. Evidentemente, depende de recursos financeiros, depende de recursos humanos, depende de um monte de coisas, e, se não houver um espírito de cooperação, de criar alianças entre vários grupos, não vamos conseguir produzir desenvolvimento... e o trabalho voluntário é o sinônimo dessa cooperação. Acho que ele está aumentando muito e, principalmente, que está sendo promovido. Na Comunidade Solidária, nosso primeiro projeto para lidar com o voluntariado foi o projeto para o qual conseguimos recursos do BID e criamos centros de voluntariados, pois eles não existiam no Brasil. Com isso, no fim dos anos 90, nós prometemos ao BID criar 10 centros e, com os mesmos recursos, criamos 46, porque alguns já estavam iniciados, porque havia lideranças interessadas, o que possibilitou ter em todos os estados um centro de voluntariado. Foi quando nós percebemos que não era muito por aí: o centro é basicamente uma triagem de quem precisa de trabalho voluntário e de quem oferece trabalho voluntário. Bom, isso é difícil de fazer. Já começou a ser feito, mas não se esgotam as possibilidades, porque o trabalho voluntário trata-se de um trabalho muito individual, uma decisão individual, de uma pessoa que decide que se enriquece porque vai ajudar alguém, vai cooperar com alguma coisa, alguma causa importante. Aí nós voltamos nosso esforço para o que hoje é o nosso programa de voluntário, que é comunicação via eletrônica. Então, o que nós queremos? Nós queremos fazer uma comunicação entre voluntários que estejam fazendo qualquer coisa, sozinhos, junto com outro, junto com uma instituição, para que eles possam trocar informações. Temos um programa que está sendo muito bem recebido, inclusive fora do Brasil, e que tem apoio dos EUA para desenvolver esse processo. Estamos com muitas empresas já utilizando esse V2V, quer dizer, Voluntário para Voluntário, que é essa troca de informações.

Historicamente, as organizações não governamentais assumiram diferentes posições ao longo do tempo. Recentemente, no centro de vários questionamentos, as ONGs vêm sendo revistas e avaliadas. A professora relatou à Rádio UnG sua avaliação sobre as mudanças nessa área e sobre a CPI das ONGs.

“Eu tenho realmente tentado discutir, colocar esse tema em discussão, porque acho tão absurda a transformação

que isso está produzindo, nesse momento, com relação ao que se chama ONG, que é uma designação muito ampla – uma ONG pode ser tanto um clube de tiro-ao-alvo como pode ser uma Pastoral do Menor da Dra. Zilda Arns. É um termo que não diz nada exatamente. Então, parece que nós estamos pondo em causa todas as ações destas organizações, o que é um absurdo, a Folha de São Paulo fez uma entrevista comigo, e perguntou minha opinião sobre a CPI das ONGs. Eu disse: ‘olha eu acho que ela deveria se chamar CPI dos que contratam as ONGs, dos contratantes, porque existem mesmo, e nós estamos vendo, e temos absoluta certeza de que existem abusos de todo tipo. Agora, esses abusos decorrem das duas partes: de quem contrata e dá o dinheiro sem avaliação, sem critério... Contrata uma ONG que não tem história nenhuma, que começou ontem e faz um convênio de um recurso muito grande. É óbvio que isso aí não é nem problema da ONG, o problema é de dois lados, principalmente de quem contrata. Por isso, é importante que toda essa informação, que veio à tona e que criou a CPI das ONGs, seja apurada. Não acho que CPI seja a melhor solução, mas é muito importante que se apure, até para que fique muito claro que essas ONGs que se aproveitam de uma situação de facilidades de obter recursos são muito minoritárias. Nós acabamos de ter – eu li só pelos jornais, não estudei os dados –, um censo das organizações civis feito pelo IBGE, pela primeira vez fez, e o primeiro resultado já é positivo. Bom, primeiro existe uma quantidade incredivelmente grande de organizações, segundo, 70% dos recursos são recursos privados, não são recursos do estado, esses vão deformadamente para determinadas ONGs. Não podemos misturar tudo que existe no País, e cada um de nós conhece uma creche muito bem gerida, um trabalho de uma igreja, um trabalho de uma ONG, um trabalho com jovens, com crianças, com escolas... Cada um de nós conhece esses trabalhos, que são criativos, que trazem novidades do ponto de vista pedagógico, que trabalham numa escala pequena, e que dão uma enorme contribuição para este país. Isso me faz crer que a gente precisa realmente ter muito cuidado, porque nós estamos numa avalanche, levando toda essa contribuição que a própria sociedade deu, através de recursos financeiros e do trabalho de pessoas, e trabalhos que já têm uma história... Veja as lideranças brasileiras, todas elas acabam criando: os jogadores de futebol, por exemplo. O Raí não criou o Gol de Letra? Quer dizer, tudo isso são ONGs, e tudo isso deu uma enorme contribuição, lembrando assim só dos exemplos mais relevantes, mas nós temos uma enorme contribuição da sociedade para a melhoria deste país. Então, nós não



podemos julgar tudo em conjunto e muito menos falar da CPI das ONGs, pois ela é a CPI dos contratos malfeitos, ela é a CPI dos contratos que não exigem avaliação e não exigem metas, não exigem resultados, coisas que eu acho que sempre devemos exigir e que cada vez mais as ONGs têm de se preparar para fazer, atuando com um planejamento adequado e responsabilidade para com a sociedade; sendo que a maioria delas já têm, sem dúvida, porque é a vida delas, e a ONG que não tem essa responsabilidade não sobrevive, pois ela depende do trabalho voluntário, do apoio de lideranças. Essa é minha opinião, e fico contente em poder expressá-la, porque eu acho que este é um momento muito grave, no qual tudo que nós ganhamos, especialmente durante a década de 80, com uma imensa participação da sociedade, está sendo apagado, por ser visto apenas por esse lado ruim que tudo tem. Todos os dias, nos noticiários dos jornais, encontramos empresas que evidentemente não realizaram atividades ilegais e que não são condizentes, e nós não vamos condenar todas as empresas por causa disso. Vamos dizer ‘somos contra essas empresas, somos contra o mau uso’. É a mesma coisa em relação às ONGs, e eu acho que nós temos de preservar a contribuição que este país teve com as participações dessas ONGs, especialmente as ONGs pequenas, locais, que têm um importante papel de mobilização. Essa é minha opinião”.

A responsabilidade social das universidades foi outro ponto abordado por Ruth Cardoso em uma de suas últimas entrevistas, cedida ao Projeto Rádio UnG. Ela elogiou a iniciativa da universidade em manter dois instrumentos de comunicação, o projeto de rádio e o da TV universitária, e apontou a importância desse tipo de ação social.

“Eu acho que a Universidade se envolver com a questão da responsabilidade social é tudo que é importante neste país, e que as universidades em geral têm ficado um pouco distantes dessas questões mais voltadas para a prática social, mas que essa reflexão é importante. Na Comunitas, grande parte do nosso esforço é exatamente trabalhar com a questão da responsabilidade social, em todos os níveis, e também da responsabilidade social empresarial. Nós temos trabalhado com várias empresas, para análise do portfólio delas, com relação ao investimento de ações sociais, e também na responsabilidade social num conceito mais amplo, que envolve inclusive os trabalhos internos, responsabilidade com os funcionários, com os fornecedores,

com tudo isso. É uma cadeia de responsabilidade. Nós temos trabalhado bastante, inclusive produzindo conhecimento, produzindo algumas publicações, nessa direção. Isso é um tema que as universidades realmente precisam tratar e, como a Universidade, como é o caso da UnG, tem uma Rádio e uma Televisão, quer dizer, que são instrumentos modernos de comunicação, e isso é realmente algo muito positivo, deveria ter uma orientação bastante coerente no sentido de trazer testemunhas para analisar esses testemunhos, principalmente porque o papel da universidade é um papel de análise, de estudo, de produzir conhecimento novo, não é só apresentar os casos, mas usar esses casos para desenvolver o conhecimento, e aí, com esses dois instrumentos nas mãos, eu acho possível programar muitas atividades realmente importantes. Eu acho que, por exemplo, essa entrevista, que é uma entrevista mais longa, em que a gente pode expor as idéias, não é uma oportunidade que temos sempre nos meios de comunicação, e portanto uma iniciativa de maior importância”.

Assim como enfrentou o exílio no Chile e na França ao lado do marido, nos duros tempos da ditadura militar brasileira, enfrentou com força e coragem a luta por um Brasil sem analfabetos.

Esposa, mãe, mulher, profissional, morreu de enfarto em vinte e quatro de junho de 2008. Deixou marido, três filhos, inúmeras publicações sobre imigração, movimentos sociais, violência, trabalho, meios de comunicação de massa, cidadania, juventude e um legado de amor e dedicação ao seu país de origem.



Ruth Cardoso



Ruth Correa Leite Cardoso

1930 - 2008

Ruth Cardoso foi antropóloga, professora universitária e pesquisadora.

Seus títulos acadêmicos incluem bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais (1952), mestrado em Sociologia (1959) e doutorado em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP (1972), além de Estudos de Pós-Doutorado na Universidade de Columbia em Nova York, EUA.

Inspiradora de projetos e programas de fortalecimento da sociedade civil e de promoção do desenvolvimento social, suas áreas de interesse e linhas de pesquisa abrangem um amplo leque de temas como: movimentos sociais urbanos, novas formas de participação política, juventude, gênero, comunicação de massa, políticas sociais, desenvolvimento local sustentável, violência e cidadania.

Ruth Cardoso concebeu e presidiu o Conselho da Comunidade Solidária (1995-2002), experiência inédita no Brasil de construção de parcerias entre ONGs, universidades, empresas e governos para ampliar a eficiência, o alcance e a sustentabilidade dos programas sociais (1995 - 2002). Entre 2002 e 2008 presidiu a Comunitas, organização da sociedade civil de interesse público, criada para assegurar a continuidade das idéias e ações promovidas pela Comunidade Solidária.

Sua trajetória de vida combina ensino e pesquisa, liderança na sociedade civil e participação em grupos de trabalho e conferências internacionais.

Diretora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, São Paulo, membro do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta - TV Educativa, São Paulo (1984-95), do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1988-90), do Comitê Diretor do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* - CLACSO (1990-93), do *Joint Committee on Latin American Studies of the Social Science Research Council* e do *American Council of Learned Societies*, New York (1992-94).

Membro da Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida (1993-96), do Conselho Diretor da *United Nations Foundation* (1997), da Comissão sobre a Dimensão Social da Globalização (2001), do Conselho Consultivo da *Brazil Foundation* (2002), do Conselho Político do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (2003) e instituidora da Associação *Fulbright* (2004).



Por indicação do presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias, presidiu o Conselho sobre Mulher e Desenvolvimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (2003-2007).

Chefe da Delegação brasileira à Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mulher, Beijing (1995) e da Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos - *Habitat II*, Istambul (1996).

Publicou livros e artigos no Brasil e no exterior sobre temas situados na intersecção entre sociedade, cultura e política.

Ruth Cardoso foi filiada a associações científicas de renome nacional e Internacional, como ABA - Associação Brasileira de Antropologia, ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e ISA - *International Sociological Association*.

Dentre seus vários prêmios e condecorações destacam-se: Prêmio Carolina Maria de Jesus de Honra ao Mérito da Sub-Prefeitura de Cidade Tiradentes (2007), Medalha pelo trabalho de Alfabetização Solidária concedida pelo *Brazilian Council of Ophthalmology* (2006), Homenagem da ABA, Medalha Roquette Pinto de Contribuição à Antropologia Brasileira (2006), Homenagem pelo Dia Internacional da Mulher do grupo Chana Szenes-Wiso, São Paulo (2006), *Business Woman of the Year*, dada pela Câmara Britânica de São Paulo (2006), Colar do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo pelo Programa Capacitação Solidária (2000), Medalha Henrique Sérgio Gregori, Associação dos Amigos do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro (2000), Medalha "Eleanor Roosevelt - Val-Kill Award", do *Eleanor Roosevelt Center*, Estados Unidos (2000).



A SOLIDARIEDADE ENTRE ESTADO E SOCIEDADE

Resultado da coordenação e do empenho de Ruth Cardoso, recursos humanos, técnicos e financeiros adicionais foram aportados ao esforço nacional de enfrentamento das deficiências sociais brasileiras. Foram produzidas respostas inovadoras e eficientes a necessidades nacionais históricas e específicas, como alfabetizar, capacitar jovens, permitir a troca de experiência entre universitários e comunidade, fomentar o artesanato e organizar a sua comercialização, para gerar renda e promover o desenvolvimento local, promover o voluntariado. Independentes entre si, os programas criados a partir do Comunidade Solidária deram origem a organizações autônomas, com governança própria: Alfabetização Solidária, Capacitação Solidária, Universidade Solidária e Artesanato Solidário.

O Conselho da Comunidade Solidária, presidido por Ruth Cardoso, propôs ainda um programa de valorização dos Voluntários, visando à difusão da ética da solidariedade, e a Rede Jovem, projeto de democratização de acesso das comunidades às novas tecnologias, idealizado para promover a inclusão digital. Teve o mérito de promover a discussão e a aprovação da lei das Oscips, que criou uma nova categoria de entidades - as de interesse público - reguladas por normas mais exigentes quanto à apresentação de resultados e auditoria de gestão.

Baseados no conceito de que o desenvolvimento social não cabe exclusivamente ao Estado, o conjunto das Organizações, articulado pelos mesmos princípios da parceria conseguiu a captação de recursos investidos nos objetivos de cada uma delas ao longo dos últimos anos. Foram cerca de 5,3 milhões de jovens e adultos brasileiros atendidos no processo de alfabetização; 114 mil jovens em situação de risco treinados para o novo mercado de trabalho; 23 mil universitários trabalhando em projetos sociais em 1.300 comunidades brasileiras; 300 universidades articuladas em rede; 244 mil alfabetizadores atuando como agentes de desenvolvimento em 2099 municípios mais pobres do país; 400 mil pessoas atendidas em 50 telecentros; 36 centros de voluntariado; 4 mil artesãos que retomaram atividades praticamente extintas, 2500 ONGs e associações comunitárias fortalecidas com recursos financeiros e conhecimento e cerca de 180 empresas apoiadas em seus investimentos sociais privados.





“A sociedade brasileira hoje não espera tudo do Estado. Toma a iniciativa, inova e experimenta.

Parcerias entre múltiplos atores ampliam a eficiência e sustentabilidade das ações sociais. Desenvolvimento é investimento em capital humano e social.”

Ruth Cardoso